



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFGA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E
ESTATÍSTICO

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra **passo** significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFEs; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avarar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Considere os dados da tabela abaixo, referente ao tempo de serviço (ano) de docentes ativos apenas com graduação, na UFPA, em 2013.

Tempo (ano)	Nº de Docentes
01 a 05	32
06 a 10	3
11 a 15	3
16 a 20	11
21 a 25	1
26 a 30	3
31 a 35	2
36 a 40	2
Total	57

Fonte: elaboração própria (Dados - Proplan, 2014).

A partir da análise dos dados, é correto dizer que:

- (A) Médio, Mediano e Moda estão no 1º intervalo de classe.
- (B) Médio, Mediano e Moda estão no 2º intervalo de classe.
- (C) Médio e Moda estão no 1º intervalo de classe, Mediano está no 2º intervalo de classe.
- (D) Moda está na 1º intervalo de classe, Médio e Mediano estão no 2º intervalo de classe.
- (E) Mediano e Moda estão no 1º intervalo de classe, Médio está no 2º intervalo de classe.



22 Seja X uma variável aleatória com distribuição Binomial ($n; p$), e sabendo-se que o valor esperado é igual a 12 e que a variância é igual a 3, os parâmetros n e p são

- (A) $n = 16$ e $p = 1/4$.
- (B) $n = 16$ e $p = 3/4$.
- (C) $n = 36$ e $p = 3/4$.
- (D) $n = 48$ e $p = 1/4$.
- (E) $n = 48$ e $p = 3/4$.

23 Os conceitos atribuídos a alunos da UFPA que cursaram determinada disciplina no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas são APR (aprovado), REP (reprovado por conceito), REPF (reprovado por falta) e REMF (reprovado por conceito (média) e falta). Para APR, um determinado professor utiliza o seguinte critério:

Nota Final	Conceito
$5 \leq X < 7,0$	REG
$7,0 \leq X < 9$	BOM
$9 \leq X \leq 10$	EXC

Supondo que as notas finais (X) de uma disciplina com 200 alunos matriculados distribuem-se de acordo com uma distribuição normal com média igual a 6.9 e variância 0.81, o professor decide atribuir o conceito EXC apenas para as 10 (dez) maiores notas. Portanto, a nota mínima deverá ser

- (A) $X \geq 7,71$.
- (B) $X \geq 7,80$.
- (C) $X \geq 8,68$.
- (D) $X \geq 8,55$.
- (E) $X \geq 8,35$.

24 O tempo necessário para que os candidatos realizem provas de concursos públicos de uma determinada fundação é de, no máximo, quatro horas. De provas anteriores, sabe-se que o tempo necessário tem distribuição normal com média igual a 150 minutos e desvio padrão igual a 20 minutos. Então, o tempo máximo para que 80% dos candidatos realizem a prova é, aproximadamente, igual a

- (A) 120,00 minutos.
- (B) 150,84 minutos.
- (C) 166,80 minutos.
- (D) 170,00 minutos.
- (E) 171,80 minutos.

25 O Teorema do Limite Central descreve a relação entre a distribuição amostral de médias das amostras e a população das quais as amostras são retiradas. Também fornece a informação necessária ao usar estatísticas amostrais para fazer inferências sobre a média da população. Se amostras de tamanho n ($n \geq 30$) são retiradas de qualquer população com uma média μ e desvio padrão σ , a distribuição amostral de médias de amostras se aproxima da distribuição normal. Quanto maior o tamanho da amostra, então,

- (A) maior a aproximação.
- (B) menor a aproximação.
- (C) maior o desvio padrão.
- (D) menor o desvio padrão.
- (E) maior a média amostral.



26 Para estimar a proporção de pessoas favoráveis ou não quanto à 'Redução da maioria penal', uma pesquisa amostral realizada com 1200 pessoas adultas chegou aos seguintes resultados:

Favorável	Nº de Pessoas
NÃO	456
SIM	624
Sem Opinião	120
Total	1200

Fonte: Dados hipotéticos.

Um intervalo de confiança para a proporção de Favoráveis à Redução da Maioridade Penal, considerando apenas aqueles que já se decidiram com coeficiente de confiança $\gamma = 95\%$ é, aproximadamente,

(A) $p \in \left(0,58 \pm 1,26 \times \sqrt{\frac{p(1-p)}{n}} \right)$.

(B) $p \in \left(0,52 \pm 1,96 \times \sqrt{\frac{p(1-p)}{n-1}} \right)$.

(C) $p \in \left(0,52 \pm 1,96 \times \sqrt{\frac{p(1-p)}{n}} \right)$.

(D) $p \in \left(0,58 \pm 1,26 \times \sqrt{\frac{p(1-p)}{n-1}} \right)$.

(E) $p \in \left(0,58 \pm 1,96 \times \sqrt{\frac{p(1-p)}{n}} \right)$.

27 Uma moeda, com probabilidade p de sucesso, é lançada uma única vez. Seja X a variável que representa o número de sucesso obtido, a variância de X é igual a

(A) $1 - p^2$.

(B) $p^2 + p$.

(C) $p^2 - p$.

(D) $-p^2 + p$.

(E) $n \times p \times (1 - p)$.

28 A estatística de teste para verificar a diferença entre duas médias populacionais μ_1 e μ_2 , quando uma grande amostra é selecionada aleatoriamente de cada população e as amostras (n_1 e n_2) são independentes com variâncias conhecidas, é

(A) $T = \frac{(\bar{x}_1 + \bar{x}_2) - (\mu_1 - \mu_2)}{\sqrt{S_1^2/n_1 + S_2^2/n_2}}$

(D) $Z = \frac{(\bar{x}_1 - \bar{x}_2) + (\mu_1 + \mu_2)}{\sqrt{\sigma_1^2/n_1 + \sigma_2^2/n_2}}$

(B) $T = \frac{(\bar{x}_1 - \bar{x}_2) + (\mu_1 + \mu_2)}{\sqrt{\sigma_1^2/n_1 + \sigma_2^2/n_2}}$

(E) $Z = \frac{(\bar{x}_1 - \bar{x}_2) + (\mu_1 + \mu_2)}{\sqrt{(\sigma_1^2 + \sigma_2^2)/(n_1 + n_2)}}$

(C) $Z = \frac{(\bar{x}_1 - \bar{x}_2) - (\mu_1 - \mu_2)}{\sqrt{\sigma_1^2/n_1 + \sigma_2^2/n_2}}$



29 Suponha que a diretoria de pós-graduação de uma IFES deseja saber a intenção de cursar o doutorado entre 900 docentes com mestrado, nos próximos cinco anos. Considerando um erro máximo de 5%, o tamanho mínimo da amostra a ser entrevistada será

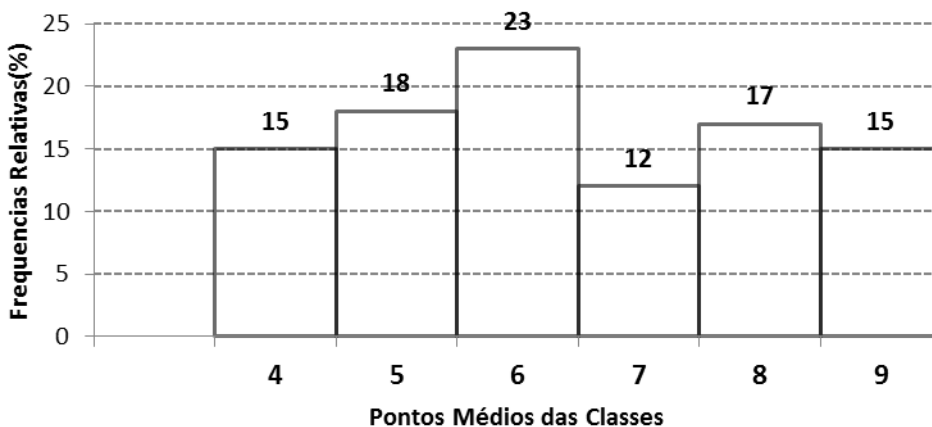
- (A) $n \approx 223$.
- (B) $n \approx 277$.
- (C) $n \approx 400$.
- (D) $n \approx 445$.
- (E) $n \approx 450$.

30 Um modelo de regressão linear simples ajustado para as variáveis X (custo de propaganda x R\$1.000,00) e Y (vendas da empresa x R\$1.000,00) de determinada mercadoria é dado por $\hat{Y}_i = 50,729 X_i + 104,061$.

É correto afirmar que

- (A) o custo de propaganda não influencia nas vendas.
- (B) o acréscimo de uma unidade em X acarretará um acréscimo 50,729 em Y.
- (C) o acréscimo de uma unidade em X acarretará um decréscimo 50,729 em Y.
- (D) o valor 50,729 representa a venda média da mercadoria, se o custo de propaganda é diferente de zero.
- (E) o valor 104,061 representa a venda média da mercadoria, se o custo de propaganda é diferente de zero.

31 Considere o histograma a seguir, referente aos dados de determinada amostra. No eixo horizontal estão representados os pontos médios das classes, todas com a mesma amplitude e, no eixo vertical, as frequências relativas.



A proporção de um valor escolhido estar entre 4,5 e 6,5 será de

- (A) 40%.
- (B) 21%.
- (C) 41%.
- (D) 33%.
- (E) 31%.

32 Considere as seguintes afirmações

- I O coeficiente de variação (CV) é definido como a razão entre a média e o desvio padrão, nesta ordem;
- II A mediana é maior do que o primeiro quartil;
- III O desvio padrão (DP) tem a mesma unidade de medida dos dados originais.

É Correto afirmar que

- (A) apenas a afirmativa I está correta.
- (B) apenas a afirmativa II está correta.
- (C) apenas a afirmativa III está correta.
- (D) estão corretas as afirmativas II e III.
- (E) estão corretas as afirmativas I e II.



33 Seja X uma variável aleatória distribuída uniformemente sobre o intervalo $[0, b]$. O valor de b , sabendo-se que $P(X > 1) = 1/3$, será

- (A) 1,5.
- (B) 2,1.
- (C) 1,3.
- (D) 1,4.
- (E) 2,5.

34 Considere as seguintes sentenças:

- I A quantidade de cascas de bananas que são lançadas no lixo, diariamente, pela CEASA/Belém;
- II O peso dessas cascas;
- III O número de larvas que podem estar nas cascas;
- IV O tamanho dessas cascas.

Supondo que cada sentença represente uma variável aleatória, classifique-as quanto ao tipo - **Discreta (D)** ou **Contínua (C)** - e indique qual das sequências de "C" e "D" representa as sentenças, na mesma ordem em que estão dispostas:

- (A) CCDC.
- (B) DCDD.
- (C) DCDC.
- (D) CCDD.
- (E) DCCD.

35 Somando-se 3 unidades a cada um dos elementos do conjunto de dados 3, 5, 2, 7, 9 e 3, a **Média Aritmética** e a **Variância** ficarão aumentadas, respectivamente, de

- (A) 3 e 3^2 .
- (B) 3 e 0.
- (C) 2 e 0.
- (D) 1 e 0.
- (E) 3 e 25.

36 A probabilidade de que um aluno **A** resolva um determinado problema é de $2/5$. Já um aluno **B** resolve o mesmo problema com probabilidade $1/3$. Suponha que os alunos tentam resolver o problema de forma independente um do outro. Então a probabilidade do problema ser resolvido é de

- (A) $3/5$.
- (B) $1/5$.
- (C) $3/6$.
- (D) $1/6$.
- (E) $4/5$.

37 Considere que a variável $Z=(X-2)/5$ tenha média amostral igual a 20 e variância amostral igual a 4. O coeficiente de variação de X será

- (A) $15/50$.
- (B) $100/102$.
- (C) $10/100$.
- (D) $20/50$.
- (E) $10/102$.

38 Lança-se um dado honesto 3 vezes. A probabilidade de que o número 6 seja obtido mais de uma vez é

- (A) $16/216$.
- (B) $10/216$.
- (C) $15/216$.
- (D) $12/216$.
- (E) $17/216$.



39 Determinado instituto de pesquisa afirma que o salário médio em uma determinada cidade X é de 3 salários mínimos (SM) com desvio padrão de 0,4 salários. Uma amostra aleatória de 25 pessoas dessa cidade foi retirada para comprovar a informação do instituto. Deseja-se testar ao nível de 95% ($\alpha = 1,96$) as hipóteses $H_0 : \mu = 3$ versus $H_1 : \mu \neq 3$.

Com essas informações, analise os itens a seguir:

- I O teste rejeitará H_0 se \bar{X} for igual a 3,25.
- II O teste rejeitará H_0 se \bar{X} for igual a 2,9.
- III O teste não rejeitará se H_0 \bar{X} for igual a 3,3.

Está(ão) correta(s) SOMENTE a(s) afirmativa(s)

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II.

40 Assinale a alternativa que identifica cada um dos tipos de amostragem utilizado nos casos 1, 2 e 3.

- 1. Para estudar o perfil dos alunos de uma escola do Ensino Fundamental da cidade de Belém, o diretor(a) resolveu escolher aleatoriamente uma turma da 5ª série, uma da 6ª e outra da 7ª.
- 2. Nas duas primeiras séries (5ª e 6ª), o(a) diretor(a), utilizando as cadernetas dos(as) professores(as) dessas turmas, cujos alunos estavam numerados de 1 a 45, resolveu tirar, aleatoriamente, uma amostra de 10 alunos de cada turma.
- 3. Na 7ª série, o(a) diretor(a) resolveu também retirar uma amostra de 10 alunos, mas usou um procedimento que escolhia os alunos com intervalo de 3 em 3.

- (A) Aleatória Simples; Aleatória Simples; Sistemática.
- (B) Sistemática; Aleatória Simples; Estratificada.
- (C) Sistemática; Conglomerado; Estratificada.
- (D) Estratificada; Aleatória Simples; Sistemática.
- (E) Sistemática; Aleatória Simples; Sistemática.

41 Num estudo a ser realizado em uma determinada universidade de Belém, decidiu-se avaliar o desempenho de seus 3.000 alunos. Um cálculo preliminar mostrou ser plausível avaliar apenas 200 alunos dessa universidade. Sabe-se que o total de alunos dessa universidade está distribuído da seguinte forma:

Curso	Número de alunos
Matemática	300
História	600
Geografia	600
Computação	900
Letras	600
Total	3000

Fonte: Dados hipotéticos.

A sequência de números que representa a quantidade de alunos que devem ser selecionados em cada um dos cursos é

- (A) 20; 40; 40; 60; 40.
- (B) 15; 45; 40; 60; 40.
- (C) 40; 40; 20; 40; 60.
- (D) 20; 40; 40; 40; 60.
- (E) 30; 50; 60; 40; 20.



42 O Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) é um indicador que mede o nível de titulação dos docentes. A fórmula do IQCD é dada por

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

Em que: D = número de docentes doutores; M = número de docentes mestres; E = número de docentes especialistas; e G = número de docentes graduados. A Tabela 1 apresenta os resultados do IQCD para algumas unidades de uma instituição de nível superior em 2014.

Tabela 1 - IQCD para algumas unidades de uma instituição de nível superior em 2014.

Unidade	IQCD
Unidade A	3,00
Unidade B	4,75
Unidade C	1,00
Unidade D	2,48

Fonte: Dados hipotéticos.

Ao analisar a fórmula do IQCD e os resultados da Tabela 1, é correto afirmar que

- (A) há docentes doutores e mestres lotados na unidade C.
- (B) não há docentes especialistas lotados na unidade D.
- (C) os resultados do IQCD podem compreender a faixa de 1 a 5.
- (D) não há docentes doutores lotados na unidade B.
- (E) há docentes doutores e especialistas lotados na unidade A.

A planilha do Microsoft Office Excel 2007, a seguir, refere-se à situação de alguns discentes em uma determinada universidade no ano de 2014, por curso. A partir dela, responda às questões 43 e 44.

	A	B	C	D	E	F
1	ID_discente	Discente	Curso	Situação	Ano	
2	4019	JOAO AUGUSTO MORAES	ESTATISTICA	Cursando	2014	
3	4021	CARLOS HENRIQUE AZEVEDO	MATEMATICA	Formado	2014	
4	4039	FABIO ARAUJO MENDONCA	MEDICINA	Ingressante	2014	
5	4027	JOSE ANTONIO DA SILVA	ENGENHARIA ELETRICA	Cursando	2014	
6	4041	MARIA DO SOCORRO PINTO	LETRAS	Ingressante	2014	
7	4032	AMANDA ALBUQUERQUE SOUZA	ODONTOLOGIA	Formado	2014	

43 A função correta do Excel para procurar o curso do discente FABIO ARAUJO MENDONCA é

- (A) =PROCV(4039;B2:E7;3;FALSO).
- (B) =PROCV("FABIO ARAUJO MENDONCA";A2:E7;3;FALSO).
- (C) =PROCH(4039;A2:E7;3;FALSO).
- (D) =PROCH("FABIO ARAUJO MENDONCA";A2:E7;3;FALSO).
- (E) =PROCV(4039;A2:E7;3;FALSO).

44 A função correta do Excel para contar o número de discentes que estão cursando estatística é

- (A) CONT.SES.
- (B) CONT.SE.
- (C) CONTAR.SES.
- (D) CONTAR.SE.
- (E) CONTAGEM.SE.

45 Foi solicitado ao estatístico que realizasse um estudo para verificar se o número de discentes aprovados e reprovados em determinada disciplina do curso de Estatística de uma instituição, era o mesmo entre alunos cotistas e não-cotistas. Para cumprir a tarefa, o estatístico poderá utilizar o

- (A) Teste de Qui-Quadrado de aderência.
- (B) Teste de Qui-Quadrado de independência.
- (C) Teste t de comparação de médias.
- (D) Teste de Wald.
- (E) Teste de Tukey.



46 A Pró-Reitoria de Ensino da Graduação (PROEG) realizou um estudo para analisar se a idade média dos concluintes da graduação era a mesma entre concluintes dos cursos regulares e dos cursos intervalares. Após ser aplicado o teste t-Student, chegou-se aos seguintes resultados:

Tabela 1: Resultados do Teste t-Student.

		Teste de Levene para Igualdade de Variâncias	Teste t-Student para Igualdade de Médias
Idade média dos concluintes	Assumindo Igualdade de variâncias	p-valor = 0,029	p-valor = 0,072
	Não assumindo Igualdade de variâncias		p-valor = 0,037

Considerando $\alpha = 0,05$, é correto concluir que

- (A) sem o valor da estatística t não se tem nenhuma conclusão.
- (B) as médias das idades dos concluintes são iguais entre os cursos regulares e intervalares, assumindo igualdade de variâncias.
- (C) as médias das idades dos concluintes são diferentes entre os cursos regulares e intervalares, assumindo igualdade de variâncias.
- (D) as médias das idades dos concluintes são iguais entre os cursos regulares e intervalares, não assumindo igualdade de variâncias.
- (E) as médias das idades dos concluintes são diferentes entre os cursos regulares e intervalares, não assumindo igualdade de variâncias.

47 O aluno equivalente é o principal indicador utilizado para distribuição orçamentária entre as Instituições Federais de Ensino Superior. Com o objetivo de verificar as variáveis que exercem maior influência no resultado do indicador, um estatístico de uma instituição federal resolveu utilizar a análise de regressão. Quanto a esta técnica, é correto afirmar que

- (A) o pressuposto de normalidade dos resíduos é necessário para a obtenção dos estimadores de mínimos quadrados.
- (B) além da análise gráfica, o pressuposto da independência dos resíduos pode ser verificado pela estatística *Durbin-Watson*.
- (C) deve-se realizar apenas uma análise dos resíduos para verificar se o modelo de regressão é adequado.
- (D) quando o pressuposto de igualdade de variância dos resíduos não for satisfeito, faz-se uma transformação apenas na variável dependente.
- (E) o erro quadrático médio não pode ser utilizado como indicador de que o modelo de regressão é apropriado.

48 Se X é uma variável aleatória com distribuição normal com média μ e variância σ^2 , ao considerarmos uma amostra de tamanho n , (X_1, X_2, \dots, X_n) , onde X_i 's são variáveis aleatórias independentes, é correto afirmar que a distribuição de $\sum_{i=1}^n X_i$ é

- (A) Normal $(\sum_{i=1}^n \mu_i; \sigma^2)$.
- (B) Normal $(\mu, \sum_{i=1}^n \sigma_i^2)$.
- (C) Normal (μ, σ^2) .
- (D) Normal $(\sum_{i=1}^n \mu_i, \sum_{i=1}^n \sigma_i^2)$.
- (E) Normal $(\sum_{i=1}^n \mu_i, \sum_{i=1}^n \sigma_i^2 / n)$.



49 A Pró-Reitoria de Planejamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior resolveu fazer um estudo para verificar se os indicadores Grau de Participação Estudantil (GPE) e Conceito Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) influenciam no desempenho medido pelo Índice Geral de Cursos (IGC). Para isso, fez-se um levantamento dos dados referentes aos indicadores de 56 instituições federais e ajustou-se um modelo de regressão múltipla $\hat{Y} = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2$. As Tabelas (1, 2 e 3) e o gráfico a seguir mostram alguns resultados deste estudo.

Tabela 1: Estatísticas do Modelo de Regressão Múltipla Ajustado.

Estatísticas	Resultados
R múltiplo	0,666
R-Quadrado	0,443
R-Quadrado ajustado	0,422

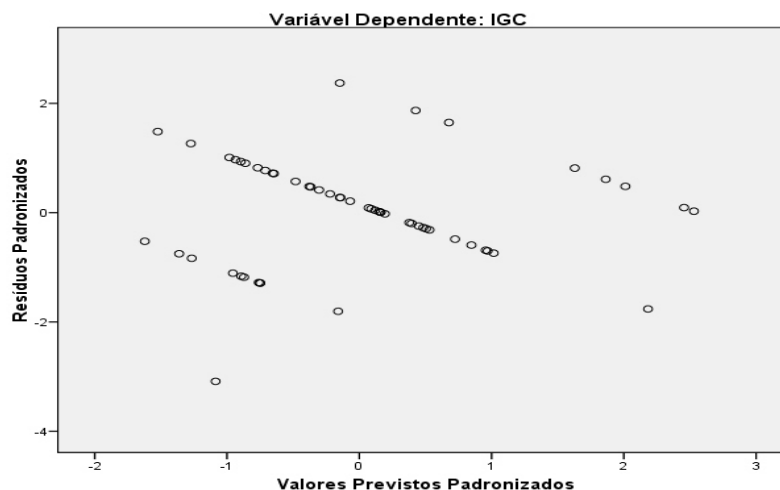
Tabela 2: Coeficientes do Modelo de Regressão Múltipla Ajustado.

Variáveis	Coeficientes	Erro padrão	t	p-valor
Constante	1,147	0,482	2,382	0,021
GPE	-0,205	0,379	-0,540	0,591
CAPES	0,765	0,119	6,445	0,000

Tabela 3: Análise de Variância para o Modelo de Regressão Múltipla Ajustado.

F.V	GI	S.Q	M.Q	F	p-valor
Regressão	2	9,624	4,812	21,096	0,000
Resíduo	53	12,090	0,228		
Total	55	21,714			

Gráfico 1: Resíduos padronizados versus valores previstos padronizados



A partir dos dados obtidos, é correto afirmar que

- (A) o modelo de regressão é válido ao nível de significância de 5% somente com a Análise de Variância, indicando que as variáveis independentes GPE e CAPES influenciam a variável dependente IGC.
- (B) 42,20% da variação na variável dependente IGC são explicados pelas variações ocorridas nas variáveis independentes GPE e CAPES.
- (C) o erro padrão de regressão é, aproximadamente, 0,37.
- (D) o gráfico indica que há uma violação do pressuposto de homogeneidade da variância dos resíduos.
- (E) não é possível estimar um modelo de regressão, pois a variável GPE não é significativa ao nível de 5%.



50 Com relação à representação gráfica de uma série de dados estatísticos, observe algumas afirmações:

- I A evolução mensal do consumo de energia pode ser representada pelo histograma.
- II Percentual de alunos ingressantes, matriculados e diplomados por campus de uma universidade pode ser representado por um gráfico setorial.
- III Percentual de alunos ingressantes por gênero em um curso universitário é mais adequado representar pelo gráfico setorial.
- IV A quantidade de alunos diplomados de uma universidade por idade é mais apropriado representar pelo histograma.

As afirmações corretas são

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.